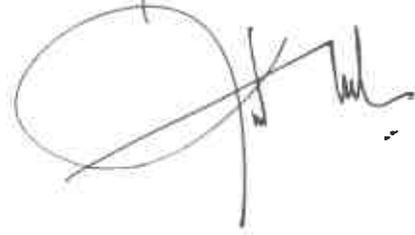


Procedimentos

J. Mendes Gomes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº. 48

Aos vinte e nove dias do mês de Dezembro do ano de mil noventa e nove e dois, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na segunda reunião da sessão ordinária do mês de Dezembro, sob a Presidência do Presidente, Francisco Fernando da Encarnação Dias, Secretariado pelos Vogais, João Ferreira dos Santos e Joaquim Luís Monteiro Mendes Gomes, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários eleitos e com a presença dos Vogais, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues Simões, Manuel Arede de Jesus, Porfírio Vieira de Carvalho e Silva, Manuel Branco Pontes, Élio Manuel Delgado da Maia, José Mendes Macedo Loureiro, João Tavares Duarte, Armando Manuel Dinis Vieira, Rogério da Silva Leitão, José Luís Rebocho de Albuquerque Christo, José Carlos da Silva Neves, José Alberto Martins de Carvalho, José Fernandes Pereira, Fernando Santos Silva, Victor Manuel Cepeda Mangerão, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, António Ferreira da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Custódio das Neves Lopes Ramos, António Óscar Moreira Paulo, Ester da Conceição Rocha Martins e António Manuel dos Santos Salavessa.

Ariz *J. Medeiros* *Ony* .2.

Pelas 17H00, o Presidente declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Joaquim dos Santos Abreu, Victor da Silva Martins, Libério da Silva Santos, Arlindo de Macedo Bastos, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Elias de Oliveira Vieira e João Ferreira da Peixinha.

Imediatamente a seguir o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião e na sequência da reunião anterior, passou-se a apreciar o seguinte objectivo:

OBJECTIVO 04

SAÚDE

Usou da palavra o Presidente da Câmara Municipal, para fazer a apresentação do objectivo supra, começando por referir que o mais significativo neste objectivo é a convicção de que no próximo ano se iniciará a realização de Centros de Saúde que na óptica da Câmara é das maiores carências que existe hoje em Aveiro a nível do equipamento social. Informou também que existe um protocolo aprovado pela Câmara Municipal, que está para o Ministério da Saúde no sentido deste Órgão dar o seu aval e que virá a permitir a construção de Centros de Saúde numa colaboração Câmara Municipal/Ministério da Saúde; prevendo este protocolo que o Município participe com os terrenos e 30% da construção, contra a cedência do edifício onde actualmente está instalado o B.C.G., com vista à sua demolição e construção dos acessos à Ponte, que vai substituir a velha ponte de Pau.

Continuando no uso da palavra, focou ainda alguns aspectos que não estão explícitos no Plano, nomeadamente a inauguração do Centro de Saúde de Eixo e ainda a preocupação também que não acarreta propriamente despesas, não sendo propriamente uma obra a incluir no Plano, que é a possibilidade de abrir na freguesia de Nariz um pequeno Posto Médico, sendo estas em suma as medidas fundamentais do Plano para 1993, muito embora o Centro de Saúde de Esgueira, que é a segunda etapa no próximo ano, esperando avançar com o Plano de Urbanização da Quinta do Cruzeiro, que está praticamente ultimado e onde será definitivamente implantado o futuro Centro de Saúde de Esgueira, o qual eventualmente será incluído em P.I.D.A.C..

Aberta a discussão usou da palavra o vogal Nuno Tavares, para referir que a Unidade de Saúde de Eixo, apesar de estar praticamente concluída

Handwritten signatures and initials at the top of the page.

enferma já de determinados erros técnicos importante e fundamentais, que resultam em sua opinião do facto dos Serviços Distritais de Saúde terem tido apenas uma intervenção em termos de parecer prévio e ainda por os Serviços da Câmara terem actuado sōzinhos nesta matéria, cometendo-se assim erros graves. Considerando por isso que se deve corrigir muita coisa, para que aquela unidade de Saúde possa corresponder àquilo que tecnicamente é exigido para começar a funcionar.

Seguidamente no uso da palavra a Vogal Ester Martins, chamou atenção para a necessidade urgente de se limpar toda a Zona envolvente da Fonte de Vilar, uma vez que a mesma se encontra extremamente suja em consequência de lixos porvenientes de contentores aí situados e que não ^{são} descarregados com a frequência que seria desejável, provocando assim todo este problema, pelo que apelou para que sejam tomadas medidas tendentes à resolução do assunto.

Neste momento deram entrada na sala os Vogais Cabral Monteiro e Celso Gomes.

Tomando a palavra o Presidente da Câmara Municipal, começou por referir que relativamente à Unidade de Saúde de Eixo, houve de facto contactos entre a Autarquia e a Administração Regional de Saúde, no entanto não excluiu a hipótese de que entretanto tenha havido uma evolução na concepção de Postos Médicos e que consequentemente tenham surgido novas exigências entre o momento em que o projecto é elaborado e o presente. Esclareceu ainda que ultimamente foram colocadas algumas questões que estão a ser negociadas com a empresa que construiu o referido Posto Médico, presumindo que as mesmas tenham sido já ultrapassadas.

Relativamente à Fonte de Vilar, reconheceu que aquela Fonte tem de facto alguns problemas na sua Zona envolvente, no entanto registou a chamada de atenção com vista a tomar medidas tendentes à resolução do problema.

Entretanto deram também na sala os Vogais Paulo Teixeira Santos, Fernando Tavares Marques e José Jorge da Costa Pôncio.

OBJECTIVO 05

HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

No uso da palavra o Vereador Martinho Pereira, começou por dar uma panorâmica geral no âmbito desta matéria, destacando o grande esforço que a Câmara Municipal tem vindo a desenvolver na construção e atribuição de habitação social, e que o Município irá continuar com esta política de habitação. Referiu ainda que o problema da habitação social nas freguesias rurais está des

Ariz

[Signature]

bloqueado, havendo luz verde para se dar início à respectiva construção nas freguesias.

Também no uso da palavra o Presidente da Câmara Municipal traçou as linhas gerais que orientam este objectivo na área do Planeamento Urbanístico, destacando ainda que começa a ter algum peso no Orçamento as despesas relativas à iluminação pública, uma vez que a E.D.P. obriga a pagar todas as infraestruturas eléctricas fundamentalmente nas novas urbanizações.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Victor Mangerão, teceu várias críticas à gestão municipal de um modo geral e em especial no âmbito deste objectivo, não acreditando que num ano se concretize tudo o que está previsto.

No uso da palavra o Vogal Armando Vieira, começou por referir que não há capacidade de resposta em termos de planeamento técnico, pois como todos os anos tem acontecido o planeamento e execução técnica dos projectos vai-se atrasando e as obras não se executam muitas vezes não por falta de dinheiro mas por falta dessa mesma execução técnica. Informou também que já há terrenos comprados na Freguesia de Oliveirinha com vista à construção de habitação social, pelo que desejou saber se dos quinhentos mil contos destinados à construção de habitação social nas zonas rurais, cabe alguma coisa à Freguesia de Oliveirinha e qual a filosofia que irá presidir à ocupação deste tipo de habitação, isto é se as mesmas vão ser alugadas, se vão ser atribuídas verbas para a auto construção ou se vão ser vendidas.

Finalmente perguntou como é que é possível às Juntas de Freguesia adquirirem terrenos com um "plafond" de 400\$00/m2, quando hoje qualquer terreno por muito fraco que seja anda sempre acima dos mil escudos por metro quadrado.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Custódio Ramos, começou por dizer que é preocupante o que se passa em relação ao P.D.M., já que há uma indefinição quando a esta matéria, não compreendendo como é que é possível traçar tantos planos de pormenor, quando de facto não se conhecem ainda as linhas mestras do P.D.M..

Salientou que esta indefinição levanta problemas de várias ordens como por exemplo no que respeita à aprovação de novos espaços destinados à indústria, concretamente Nariz e eventualmente noutras freguesias, comprometendo-se de certa forma com este procedimento algumas áreas do Concelho. Continuando no uso da palavra e relativamente àquelas indústrias situadas no espaço circundante da antiga fábrica Jerónimo Pereira Campos, disse não haver qualquer preocupação por parte da Câmara em transferi-las para outros locais, uma vez que pensa que é mais que tempo de se tomarem medidas nesse sentido.

No que respeita à iluminação, disse que a mesma é deficiente em algumas artérias da cidade, o que pessoalmente o preocupa.

Thiery

Jorge Nascimento

.5.

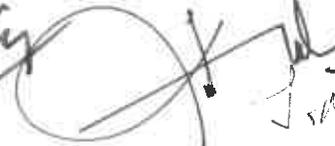
Prosseguindo, teceu também algumas críticas relativamente ao destino que está a ser dado à Zona Industrial de Mamodeiro, em termos de instalação de indústrias, já que inicialmente a mesma se destinava apenas a um tipo de indústrias de elite, porém, agora o que se verifica é que tais objectivos não estão a ser cumpridos, encontrando-se lá instalada uma grande cerâmica, bem como outro tipo de indústrias. Falou também no Plano de Feiras e Exposições, referindo que é preocupante que se ande a apregoar já a constituição de uma sociedade para gerir aquele empreendimento e inclusivamente a falar-se em transferir aquelas instalações, sem se saber muito bem para onde, chamou a atenção para que tal transferência nunca seja feita para a zona das salinas, dadas as consequências graves que isso poderá no futuro trazer para a cidade. Pronunciou-se também sobre a política que tem vindo a ser seguida pela Câmara no âmbito da habitação social, dando especial relevo à habitação social que a Câmara pretende implementar nas Freguesias rurais, considerando que tal iniciativa só peca por tardia, entendendo que até ao momento nunca houve vontade política para avançar com algumas construções nas Freguesias, pese embora a existência de terrenos que algumas dispõem para o efeito.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Jorge Nascimento.

No uso da palavra o Vogal Nuno Tavares, começou por dizer que reconhece também sem dificuldades o esforço e os méritos que a Câmara Municipal tem tido em termos de concretização de preocupações em matéria de habitação social. Todavia lamenta que se continuem a ver dispersas por Aveiro habitações do tipo mais diverso, não existindo até hoje, com tantos gabinetes de estudo que a Câmara tem, um plano que defina qual o tipo de habitação, em termos de fachada, em termos de revestimento, enfim qual o tipo de habitação indicada para esta região, para a Cidade e para o Concelho; continuando a permitir que os construtores actuem livremente nesta matéria; entendendo por isso que isto não pode continuar, já que traduz falta de cultura, verem-se revestimentos de casas de banho a revestir prédios, cada um de sua cor, hipotecando-se assim o futuro da Cidade em termos culturais, sendo por isso mais que suficiente para que qualquer Plano de Actividades não mereça a sua aprovação.

No uso da palavra o Vogal João Tavares, começou por referir que relativamente à matéria de habitação social nas freguesias rurais, é importante que se faça um levantamento das carências habitacionais a nível de todas as freguesias, para que se possa apurar na realidade as necessidades de cada uma. Informou também que a freguesia de Esgueira, tem já terrenos disponíveis para esse fim e registou com agrado que se tenha tomado tal iniciativa por parte da Câmara.

No uso da palavra o Vogal Rogério Leitão, começou por sublinhar que

Amig  *J. Mendes*

o tema de "urbanização" é sempre um tema que dá possibilidades de várias críticas, de vários comentários porque todos sentem de facto os problemas de urbanização de uma cidade. Disse ser evidente que há muitos pequenos problemas que de facto despertam a atenção, todavia disse não pretender trazê-los aqui para a Assembleia, porque na realidade os assuntos aqui discutidos devem ter outra dimensão; de qualquer modo os problemas dos passeios por calçetar, o problema de escadas por acabar, como é o caso das escadas da Rua 5 de Outubro, que há vários anos está por concluir e que tem de facto um aspecto desagradável, não podem deixar de ser referidos. Por outro lado, disse também não poder deixar de dar um certo aplauso à Câmara, porque em sua opinião a Cidade de uma maneira geral tem um aspecto ordenado, limpo, um aspecto arrumado, que muitas cidades não conseguem ter; e talvez por este motivo, são muito mais chocantes determinados aspectos que certamente terão que ser resolvidos.

A finalizar a sua intervenção, chamou ainda a atenção para a necessidade urgente de se solucionar o problema do saneamento nos terrenos deixados vagos pelas fábricas Aleluia, já que nos mesmos existem águas estagnadas, representando por isso um atentado à sanidade da Cidade e conseqüentemente à saúde pública.

Novamente no uso da palavra o Presidente da Câmara começou por esclarecer que várias vezes na Assembleia teve oportunidade de dizer que o problema da habitação social nas freguesias rurais, era um problema que ultrapassa a Câmara e que há já alguns anos se tentou lançar o programa de habitação social nas freguesias, dado que o mesmo irá resolver problemas sérios de transferência de famílias para a cidade; porém acontece que se tratam de verbas provenientes 50% do Orçamento do Estado e os outros 50% do I.N.H., tendo este último dito claramente que não haveria habitação social nas freguesias sem que primeiro estivesse concluído todo o empreendimento habitacional de Santiago, tendo de facto sido a posição do I.N.H., que impediu que se avançasse com a construção nas freguesias rurais. Salientou que nesta matéria houve vontade política nesta Câmara, essa vontade foi persistente e continuada, simplesmente não teve o acolhimento das entidades competentes.

No que se refere à filosofia de ocupação de todos estes fogos, esclareceu que são todos para arrendamento, porque se destinam claramente a insolventes sociais. Relativamente à capacidade por parte da autarquia em esgotar a verba inscrita no Orçamento, disse que basta lançar cerca de cento e vinte fogos para preencher praticamente toda a verba, estando já preparados terrenos para implantar oitenta fogos, faltando arranjar para os restantes quatrocentos. Prosseguindo, disse ainda que o levantamento das carências habita-

António
J. Fernandes

cionais será feito em todas as freguesias e para tanto será necessária a colaboração das respectivas Juntas de Freguesia. No que se refere à Zona Industrial de Mamodeiro, disse que a Câmara aceitou deixar instalar aquela cerâmica, porque se trata de um sector cerâmico no qual o concelho tem tradição, o que não significa que não seja uma empresa de tecnologia avançada. Salientou também que neste momento estão praticamente comprometidos todos os lotes daquele espaço industrial, estando também já adjudicadas todas as infraestruturas de toda aquela zona. No que se refere ao tipo de indústrias aí instaladas, disse que os Serviços através do G.O.U. (Gabinete de Operações Urbanas), podem fornecer uma listagem de todas as empresas aí instaladas, algumas de tecnologia avançada, outras de tecnologia relativamente avançada, mas todas rigorosamente limpas; as de tecnologia mais avançada encontram-se no núcleo do I.D.T. (Instituto de Desenvolvimento Tecnológico), portanto numa zona contígua à referida zona industrial, a qual está também prevista no P.D.M..

Relativamente ao novo Parque Industrial de Nariz, disse que se trata de uma das cinco zonas industriais aprovadas pela Câmara e que existe uma certa pressão naquele local dada a existência de um pequeno núcleo industrial constituído por quatro unidades, há já uma procura que absorve o terreno que a Câmara adquiriu, preenchendo-se assim desta forma a malha industrial já existente. No que respeita ao Planeamento, esclareceu que foi o próprio Departamento que elaborou todas a listagem de trabalhos, responsabilizando-se ao mesmo tempo pela execução dos mesmos; no que se refere à implantação de habitação social na Freguesia de Oliveirinha, reconheceu que de facto existem problemas nesta área e que portanto a dita Freguesia será contemplada com este tipo de habitação social. Relativamente à questão que se prende com a degradação do espaço deixado vago pelas antigas instalações das Fábricas Aleluia, esclareceu que de facto se trata de terreno privado, contudo não invalida que a Câmara não tenha responsabilidades quanto ao que se passa no terreno, concretamente no que respeita às águas estagnadas, pelo que a Câmara irá enviar esforços no sentido de resolver o problema. Também disse ser preocupação da Câmara, toda aquela encosta que vai até à antiga Fábrica Jerónimo Pereira Campos, passando pela situação degradada dos resto da dita Fábrica, esperando que seja possível negociar com a U.B.P. (União de Bancos Portugueses), com vista à sua demolição antes da abertura do Centro de Formação Profissional; relativamente à Cerâmica "Artibus", existem negociações com vista à sua transferência para uma zona industrial.

A terminar e no que se refere à problemática urbanística, admitiu que há efectivamente alguns erros, algumas lacunas nas Cidade de Aveiro,

Fluig 

atribuíveis a toda a gente, nomeadamente à Câmara, aos projectistas, aos arquitectos, às Associações, aos empresários etc., no entanto disse ter orgulho de ter ouvido já por várias vezes de Entidades responsáveis de próprio Governo, que a Cidade de Aveiro é considerada das Cidades do País cujo crescimento é mais harmonioso e mais equilibrado e até nomeadamente do ponto de vista estético mais conseguido. Salientou, todavia, que isto não invalida que se tenha que discutir toda esta problemática, no sentido de se melhorar determinados aspectos e que ao mesmo tempo, a Câmara esteja atenta a todo este conjunto de problemas.

Novamente no uso da palavra e relativamente à matéria de polos industriais, o Vogal Armando Vieira lembrou a exemplo daquilo que se pretende fazer para Nariz, que também na Freguesia de Oliveirinha existem muitos industriais que são obrigados a ter as suas indústrias noutros locais e que gostariam de as terem implantadas na sua terra e que se têm manifestado arreigadamente pela necessidade de se construir uma pequena Zona Industrial, em Oliveirinha a qual tantas vezes já foi pedida.

Tomando a palavra o Presidente da Câmara informou que uma das cinco zonas industriais previstas é precisamente na Freguesia de Oliveirinha, lançando ao mesmo tempo o desafio de se começar a criar um pequeno núcleo de reimplantação e de reordenamento, isto com vista a que não aconteça o que aconteceu em alguns Concelhos limítrofes, onde a indústria está de tal maneira disseminada e de tal maneira desordenada, que hoje é considerado que de facto é um erro e é um mal. Apesar de não estar no Plano, disse que é desejo da Câmara que com a ajuda das Juntas se possa dar alguma capacidade de resposta aos tais industriais que pretendem instalar as suas indústrias na sua própria freguesia.

Neste momento deram entrada na sala os Vogais Rogério Madail e Manuel Simões Madail.

OBJECTIVO 06

SANEAMENTO E SALUBRIDADE

Feita a apresentação do objectivo supra pelo Vereador João José Maia, usou da palavra o Vogal Custódio Ramos que começou por considerar insuficiente a verba inscrita para as campanhas de sensibilização que se pretendem fazer no âmbito deste objectivo. No que se refere ao aterro sanitário, pretendeu saber de que tipo de trabalhos é que se trata e quando é que se acaba em Aveiro por deixar de ter este tipo de aterros, substituindo-os por uma forma mais moderna para atingir esses objectivos.

Amigo  *João José da Maia*

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Celso Gomes começou por se referir à solução já aqui afluada, da solução integrada de colecta, tratamento e destino final dos efluentes líquidos, assunto este que diz respeito à Ria de Aveiro e que é por isso um assunto delicado. Prosseguindo e reportando-se a uma intervenção do sr. Presidente da Câmara na anterior reunião na qual deu conta que não tinha sido assinado da parte da Câmara qualquer protocolo com a Associação de Municípios da Ria no âmbito deste matéria, por não considerar positivos os projectos apresentados, disse apoiar inteiramente tal posição, porque a solução dos interceptores que vão ter Estações de Tratamento Secundário na Gafanha e S. Jacinto, são assuntos de grande melindre. Pensando mesmos que do ponto de vista técnico, tem-se encontrado de facto na prática excelentes estudos de impacto ambiental de um ponto de vista técnico, sobre outros projectos que na verdade geram significativos efeitos negativos sobre o ambiente. Esses colectores a atravessar a Ria em zonas pouco consolidadas, em zonas navegáveis, pode trazer riscos para o ambiente lagunar. Por outro lado o exutor submarino que vai conduzir para o mar todos os efluentes, vai agravar a situação uma vez que vai poluir a costa marítima. É evidente que se trata de um assunto delicado, dado que os fundos na plataforma continental são muito móveis e tanto são móveis a cem metros de distância como a três ou quatro quilómetros de distância, são portanto zonas naturalmente de grande instabilidade e o exutor como se propõe que vá até três quilómetros de distância, talvez até protegido por um esporão para evitar a influência das marés, é de facto uma obra de uma grandeza tal que disse pensar poder ser dispensada se o tratamento secundário dos efluentes for feito devidamente, e não havia mal nenhum que voltassem para a Ria depois de tratados. Em síntese, disse ser esta a sua convicção do ponto de vista técnico e científico, pensando mesmo que é um exagero ou modernismo levar a efeito a parte final desses efluentes para o mar.

Relativamente ao aterro sanitário, disse, pensar que o mesmo tem melhorado, todavia considerou que é uma solução apenas para um curto prazo, não sendo pro isso uma solução para este tipo de cidade.

Seguidamente no uso da palavra o vogal Armando Vieira, manifestou o seu descontentamento relativamente à verba inscrita no Plano e destinada à ampliação do Cemitério de Oliveirinha, pelo facto da mesma ser escassa.

Usando novamente da palavra o Vereador João José da Maia, começou por informar que já têm sido feitas algumas campanhas de sensibilização, com o objectivo de se manter cada vez mais a cidade limpa, concretamente a nível do papel, desenvolveu-se a nível das Escolas uma campanha de recolha selectiva do papel; sensibilizaram-se também todos os produtores de pilhas com vista à recolha deste material altamente poluidor para o meio ambiente; a nível do vidro continua-se a intensificação da campanha

que tem vindo a ser feita, bem como a nível de plásticos e óleos. Prosseguindo, disse que propôs já ao técnico responsável por esta área, que elaborasse um estudo de sanitas para cães, a exemplo daquilo que já existe em muitos países da Europa. No que respeita ao aterro sanitário, informou que a Câmara tem um estudo geológico dos terrenos onde está inserido o aterro sanitário, fazendo diariamente a recobertura dos lixos, procurando-se ao mesmo tempo conter a acção secundária dos lixos por qualquer processo. Continuando no uso da palavra, disse desconhecer qual o processo mais apropriado para substituir o aterro sanitário, tendo dúvidas entre a incineração e a compostagem, daí que a melhor solução em sua opinião seria a Câmara esperar pelo estudo que a Associação dos Municípios da Ria, vai levar a efeito sobre este problema e então adoptar-se a solução que for aceite. Referiu ainda ser da mesma opinião quanto à solução integrada, pois qualquer solução que venha a ser encontrada terá que ser uma solução que terá que ter o apoio de todos os Municípios Associados e a que tenha menos riscos.

OBJECTIVO 07

PROTECCÃO CIVIL

Feita a apresentação do objectivo em causa, pelo Vereador Martinho Pereira, usou da palavra o Vogal Custódio Ramos, que começou por referir que relativamente a esta matéria dá-lhe a ideia de que os responsáveis só estão de facto preocupados com as grandes catástrofes. Todavia, lembrou que há também daquelas pequenas catástrofes situadas ao nível de Rua, que podem ocorrer de um momento para o outro e que é necessário tomarem-se medidas para que não venham a acontecer. Por isso, pretendeu saber concretamente se os Serviços de Protecção Civil se preocupam em recomendar a outros Serviços, designadamente aos Serviços Técnicos da Câmara, no sentido de não licenciarem mais estabelecimentos em zonas habitacionais, estabelecimentos esses que em sua opinião são autênticos barris de pólvora, uma vez que o seu conteúdo é altamente inflamável, nomeadamente diluentes, tintas vernizes, etc. e que representam sem dúvida um perigo para os residentes nessas zonas. Assim, para se prevenirem tais situações, sugeriu à Câmara que inspeccione os estabelecimentos existentes, mande proceder a vistorias a todo o tipo de estabelecimentos que aparentemente possam fazer correr esse tipo de perigo, inventarie aqueles que são de facto perigosos e accione os mecanismos de protecção adequados. Em síntese, referiu que toda esta situação passa inclusivamente pelo convite officioso a que os estabelecimentos disponham de um armazém fora de portas, sendo isto extensivo às botijas de gás e ter apenas no estabelecimento um pequeno mostruário de produ

tos para a comercialização. Seguidamente no uso da palavra o vogal Rogério Leitão, começou por referir que após a exposição feita pelo responsável nesta matéria, ficou com a ideia que de facto já alguma coisa se está a fazer de útil e que na realidade pode ter consequências importantes para a prevenção a nível Municipal. Todavia, considerou que o mais importante no âmbito desta matéria é sem dúvida o funcionamento da Comissão de Protecção Civil, porque na realidade é do funcionamento dessa Comissão que toda a acção de protecção civil se poderá desenvolver. Prosseguindo, manifestou a sua preocupação por não se ter visto ainda nenhum trabalho evidente e por isso mais uma vez coloca em dúvida que a dita Comissão esteja já com a operacionalidade que na realidade o tema requer.

Novamente no uso da palavra o Vereador Martinho Pereira, começou por referir que concorda plenamente com os alertas lançados pelo Vogal Custódio Ramos, são de facto preocupações que este Gabinete tem em conta, todavia disse não acreditar que para já se consigam resolver todos esses problemas na medida em que há comerciantes que não estão sensibilizados para esse tipo de problemas e que inclusivamente escondem os locais onde têm armazenados esses produtos perigosos, o que na realidade dificulta a acção que o Gabinete pretende desenvolver no âmbito desta matéria. Relativamente à operacionalidade da Comissão de Protecção Civil, disse que de facto gostaria que ela fosse maior, que tivesse mais meios, inclusivamente uma rede de rádio já a funcionar, enfim um certo número de pessoas empenhadas, todavia, disse que existe já uma ligação muito estreita entre as Comissões Municipal, Distrital e Nacional, e que se tem tentado fazer os trabalhos em sintonia, realçando o apoio que esta última tem dado.

OBJECTIVO 08

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO

Feita a apresentação do objectivo supra pelo Vereador Celso Santos, usou da palavra o Vogal Manuel António, para referir que aquilo que é proposto neste objectivo relativamente às actividades da Câmara, bem como quanto às dotações orçamentais é exactamente igual àquilo que foi proposto no Plano do ano anterior. No que respeita à criação de um Parque de Campismo de apoio à cidade, disse que o referido objectivo não é explícito nesta matéria, parecendo-lhe mesmo que mais um vez o referido Parque não vai ser construído. A terminar perguntou ainda se não era altura de incluir uma rubrica específica para apoio à criação de estabelecimentos de hotelaria, nomeadamente hotéis dada a escassez deste tipo de infraestruturas na cidade.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Rogério Madail, pretendeu

saber o que é que tem sido feito em matéria de turismo em colaboração com a Rota da Luz, tendo em vista a promoção turística do Concelho de Aveiro. Referiu também que outro aspecto importante no âmbito desta matéria é sem dúvida a fixação do turista à cidade e daí a necessidade de se articular este objectivo com o urbanismo, porém tal não se verifica. Assim, quis saber se o P.D.M. prevê alguma zona de lazer e de diversão com vista à fixação do turista, concretamente zonas onde estejam englobados restaurantes, lojas de artesanato, campos de golfe, etc...

Usando também da palavra o vogal Custódio Ramos, começou por considerar que foi um erro a Câmara tentar criar um Posto de Turismo, depois de ter delegado competência nesta matéria para a Rota da Luz; segundo este Vogal não se trata de saber aqui se a Rota da Luz cumpre ou não a sua missão, já que tem um órgão próprio para esse efeito e se efectivamente a Câmara aderiu à Rota da Luz e nela delegou as competências necessárias para o desenvolvimento do Turismo em Aveiro e arredores, não tem qualquer cabimento em sua opinião, um Posto de Turismo, junto da Sede da Rota da Luz, entendendo que a Câmara deve continuar a ter preocupações de ordem turística, mas associada aos Serviços de Cultura, isto é Cultura e Turismo. Prosseguindo, considerou o objectivo em apreço igual ao do ano transacto portanto um objectivo estático, que não resultou e continua a não resultar; relativamente ao Parque de Campismo de apoio ao turismo que passa pela Cidade, disse que tal matéria já tem sido por demais abordada por muitas pessoas nesta Assembleia, entendendo que o que falta para que se concretize tal infraestrutura é apenas vontade política por parte do executivo municipal. A terminar chamou ainda atenção para a necessidade de se construirem sanitários na Zona do Rossio, dado que a mesma é muito frequentada não só por turistas como também por cidadãos Aveirenses.

No uso da palavra o Vogal João Tavares começou por considerar insuficientes as verbas inscritas que se destinam à construção de Mercados, não concordando por isso com a verba que é destinada à construção do Mercado de Esgueira (apenas três mil contos), esperando todavia que a mesma seja aplicada no início da construção do referido Mercado. Discorda também das verbas destinadas à construção de infraestruturas nas zonas industriais, fazendo por isso referência à verba diminuta destinada à Zona Industrial de Taboeira, uma vez que a mesma se encontra com alguma degradação necessitando de uma grande recuperação no que respeita a infraestruturas, apelando por isso ao Executivo, para que seja dado um maior apoio àquela Zona industrial.

Seguidamente o Presidente da Mesa, interrompeu a reunião para o jantar na Cantina Municipal.

Eram 20,15 horas.

2ª. PARTE

Pelas 21,30 horas, foram retomados os trabalhos com a presença dos seguintes membros: Presidente, Francisco Fernando da Encarnação Dias, Secretariado pelos Vogais João Ferreira dos Santos e Joaquim Luís Monteiro Mendes Gomes respectivamente Primeiro e Segundo Secretários eleitos e com a presença dos Vogais, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, Porfírio Vieira de Carvalho e Silva, Manuel Branco Pontes, Élio Manuel Delgado da Maia, José Mendes Macedo Loureiro, João Tavares Duarte, Armando Manuel Diniz Vieira, Manuel Pereira Cabral Monteiro, Jorge Manuel do Nascimento, José Carlos da Silva Neves, José Alberto Martins de Carvalho, José Fernandes Pereira, Fernando Santos Silva, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Rogério Mário Madail da Silva, António Ferreira da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Celso de Sousa Figueiredo Gomes, Custódio das Neves Lopes Ramos, António Óscar Moreira Paulo e António Manuel dos Santos Salavessa.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Joaquim dos Santos Abreu, Victor Manuel da Silva Martins, Libério da Silva Santos, Victor Manuel Cepeda Mangerão, Arlindo de Macedo Bastos, José Jorge da Costa Pôncio, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Elias de Oliveira Vieira e João Ferreira da Peixinha.

Retomados os trabalhos, passou-se a apreciar o seguinte objectivo:

OBJECTIVO 09COMUNICAÇÕES E TRANSPORTESREDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

Feita a apresentação do objectivo pelo Presidente da Câmara, usou da palavra o Vogal Armando Vieira, para mais uma vez realçar a necessidade de se construir a passagem desnivelada de Quintãs, dado o intenso tráfego a que a mesma é sujeita diariamente. Relativamente ao Eixo estruturante, disse que sem dúvida o mesmo interessa também à Freguesia de Oliveirinha, pelo que desejou saber qual a perspectiva de execução, prazo e qual a calendarização que há para esta obra. No que se refere aos projectos de reabilitação de Estradas Nacionais, candidatas ao P.R.O.D.A.C., disse que desejaria que a E.N. 230-1, também fosse contemplada com a rede de esgotos quando a mesma fosse reabilitada, pois tam

Anúis *14.*
João

bém entende que é necessário que o concelho rural comece a usufruir deste tipo de infraestruturas.

Neste momento deram entrada na Sala os Vogais José Luis Christo, Rogério Leitão, Ester Martins e Paulo Teixeira Santos.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Nuno Tavares, começou por se referir especificamente à problemática do estacionamento na cidade, o qual está em sua opinião a assumir aspectos cada vez mais graves e as dificuldades que as pessoas vão enfrentando no seu dia a dia para encontrarem um espaço de estacionamento são cada vez maiores. Todavia, têm-se verificado que há espaços de estacionamento reservados e que foram atribuídos sem qualquer critério pela Câmara Municipal. Assim, disse que se podem contar na área urbana da cidade três centenas de espaços individuais de estacionamento. Por tal facto e dada a inexistência de critérios objectivos na afectação destes espaços e sendo os mesmos em número já significativo, resulta claramente em prejuízo dos cidadãos comuns, e nesse sentido e por sentir que é uma situação perfeitamente injusta, em nome do seu grupo parlamentar entregou na Mesa uma proposta tendente a alterar completamente esta situação, proposta essa que passa a fazer parte integrante da presente acta.
